



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LARISSA PEREIRA LIMA

**LEGISLAÇÃO E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COLÉGICO
ESTADUAL DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA LOCALIZADO EM PORTO
NACIONAL - TO**

Porto Nacional, TO

2025

Larissa Pereira Lima

**Legislação e práticas na educação inclusiva no Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico
Teixeira localizado em Porto Nacional - TO**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de bacharel/licenciado em Geografia.

Orientador (a): Dra. Vera Lucia Aires Gomes da Silva

Porto Nacional, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- L7321 Lima, Larissa Pereira.
Legislação e práticas na educação inclusiva no Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira localizado em Porto Nacional - TO. / Larissa Pereira Lima. – Porto Nacional, TO, 2025.
30 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Geografia, 2025.
Orientadora : Vera Lucia Aires Gomes da Silva
1. Inclusão educacional. 2. Método de ensino. 3. Instituição escolar. 4. Estratégias pedagógicas. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Larissa Pereira Lima

**Legislação e práticas na educação inclusiva no Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico
Teixeira localizado em Porto Nacional – TO**

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Geografia, Curso de Geografia foi avaliado para a obtenção do título de Licenciado em Geografia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dra. Vera Lucia Aires Gomes da Silva, UFT

Prof. Dra. Marciléia Oliveira Bispo, UFT

Prof. Dr. Roberto de Souza Santos, UFT

Dedico este trabalho a Deus, meus familiares que sempre me apoiaram, e aos professores que me orientaram a uma das melhores trajetórias da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pela força, sabedoria e fé inabalável que me sustentaram ao longo de toda esta jornada. Sem Ele, nada disso seria possível.

Quero dedicar um agradecimento especial à minha avó, Zifirína, que hoje cuida de mim lá do céu, e que, com seu amor incondicional e seus ensinamentos, me guiou nos momentos mais difíceis, sempre me mostrando o caminho da perseverança e do cuidado. Foi, e sempre será, a base de quem sou.

À minha mãe, Wanderléia que sempre acreditou em mim, mesmo quando eu duvidava de mim mesma. Sua motivação e apoio constantes foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Sua força e dedicação são fontes de inspiração para que eu nunca desista de lutar pelos meus sonhos.

Ao meu companheiro de vida, Wanderson, que não me deixou falhar nesse projeto de vida, e que sempre me estende a mão quando mais preciso de ajuda. E me deu o melhor presente da minha vida que é minha filha, meu combustível, a Maria Heloíse.

Aos meus amigos, que a universidade me deu, sou eternamente grata pela amizade, pelos risos, pelas dificuldades compartilhadas e pelo apoio mútuo. A jornada acadêmica se torna mais leve quando temos pessoas tão especiais ao nosso lado. E de forma especial, quero agradecer as minhas amigas Mayanne e Daniela. Nossa amizade foi fundamental para que eu pudesse seguir em frente.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos professores, que com generosidade e compromisso, nos acolheram e nos ensinaram não só o conteúdo acadêmico, mas também lições valiosas para a vida. Suas orientações e paciência foram fundamentais para o meu crescimento e para a realização deste projeto. E com muito carinho agradeço a dedicação da minha orientadora Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Aires Gomes da Silva que me acolheu e ajudou no meu trabalho de conclusão de curso.

A todos vocês, meu mais sincero agradecimento!

RESUMO

O artigo apresentado tem por objetivo conhecer os métodos de ensino inclusivo utilizados no Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira, buscando compreender as práticas pedagógicas, as leis implementadas, desafios e impactos na vivência escolar dos alunos. A inclusão educacional é um tema fundamental para promover a equidade e a diversidade no ambiente escolar. A metodologia desenvolvida no estudo é com abordagem baseadas em pesquisas bibliográficas, utilizando métodos qualitativos como entrevistas, questionário e observações para captar as experiências de alunos, professores e gestores. Serão examinadas as estratégias e métodos utilizados para atender às necessidades de alunos com diferentes habilidades, além da formação e sensibilização dos educadores. Espera-se identificar as principais barreiras e facilitadores no processo do ensino inclusivo, bem como as percepções da comunidade escolar sobre a eficácia dessas práticas. Os resultados visam contribuir para a reflexão das políticas e abordagens inclusivas. Ao final, o projeto busca entender o compromisso do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira com uma educação que valoriza a diversidade e promove um ambiente acolhedor para todos os estudantes.

Palavras-chaves: Inclusão educacional. Método de ensino. Instituição escolar.

ABSTRACT

The presented article aims to explore the inclusive teaching methods used at Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira, seeking to understand pedagogical practices, implemented laws, challenges, and their impact on students' school experiences. Educational inclusion is a fundamental topic for promoting equity and diversity in the school environment. The study employs a methodology based on bibliographic research, utilizing qualitative methods such as interviews, questionnaires, and observations to capture the experiences of students, teachers, and administrators. The strategies and methods used to meet the needs of students with different abilities will be examined, along with the training and awareness of educators. The research aims to identify the main barriers and facilitators in the inclusive teaching process, as well as the school community's perceptions of the effectiveness of these practices. The results are expected to contribute to the discussion on inclusive policies and approaches. Ultimately, the project seeks to understand Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira's commitment to an education that values diversity and fosters a welcoming environment for all students.

Key-words: Educational inclusion. Teaching method. School institution.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira	13
Figura 2 – Parte da frente do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira	13
Figura 3 - Imagem retratando a inclusão entre diferentes especialidades.....	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OMS	Organização Mundial da Saúde
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	Legislação e diretrizes importantes que apoiam a educação inclusiva no Brasil.....	15
2.1.1	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146/2015.....	16
2.1.2	Lei de Acessibilidade – Lei nº 10.098/2000	16
2.1.3	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996.....	17
2.2	Base nacional comum curricular (BNCC).....	17
2.3	Educação inclusiva.....	19
2.4	Adaptações curriculares	20
2.5	A inclusão.....	21
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um tema de crescente relevância no cenário contemporâneo, refletindo a necessidade de promover ambientes de aprendizagem que respeitem e valorizem a diversidade. No contexto brasileiro, essa discussão se torna ainda mais urgente, considerando os desafios enfrentados por instituições de ensino na construção de um espaço que acolha alunos com diferentes habilidades e necessidades.

O Colégio escolhido para a pesquisa, se apresenta como um campo fértil para investigar as práticas inclusivas e suas implicações no processo educativo. Este artigo mostra como a inclusão educacional é aplicada no Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira analisando não apenas as estratégias pedagógicas adotadas, mas também o impacto dessas práticas na formação de uma comunidade escolar mais justa e equitativa.

Vemos falas dentro de um questionário trabalhado com um professor de Geografia e o outro de Matemática, onde responderam perguntas que agregam a didática do ensino inclusivo no Colégio trabalhado.

Por meio de uma abordagem qualitativa e observações, buscamos compreender as experiências de professores e gestores, destacando os desafios e avanços no processo de inclusão. Além disso, o artigo pretende entender como é essa formação de um ambiente educacional inclusivo, onde todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial pleno ou não.

Ao longo deste estudo, espera-se conhecer a realidade da inclusão no Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira, e, também, acompanhar e entender as cobranças para as políticas públicas e práticas pedagógicas mais efetivas, fortalecendo o conhecimento sobre o estudo ligado ao direito de inclusão.

A observação e acompanhamento do ensino inclusivo em sala, trouxe bastante equilíbrio para a opinião, ajudando no entendimento de como esse trabalho é inserido na prática em sala de aula. A pesquisa aponta também se a inclusão educacional se limita apenas à presença física dos alunos em sala de aula, se ela envolve mudanças de paradigmas que abrange a relação entre todos os autores da comunidade escolar, permitindo uma imersão nas experiências vividas dentro da escola.

Entrevistas e observações que são utilizados para captar a complexidade das interações sociais e educacionais que se desenrolam nesse contexto, se o Colégio visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais, tenham acesso ao ensino de qualidade e à participação plena no ambiente escolar.

No decorrer da pesquisa é mencionado as legislações que respaldam a educação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), que assegura os direitos das pessoas com deficiência. Além de mencionar os benefícios e desafios que se encontra no Colégio, atribuindo o ensino inclusivo para toda comunidade escolar, bem como quanto as qualificações que o professor recebe, e até onde está preparado para receber um aluno que necessita de uma educação inclusiva.

O objeto de estudo é o Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira, localizado na cidade de Porto Nacional no Estado do Tocantins, na Avenida Sergipe, Setor Novo Planalto, na área urbana da cidade, conforme as Figuras 1 e 2. Trata-se de uma instituição de ensino que desempenha um papel importante na educação da região.

Figura 1 - Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira



Fonte: Google Maps (2024).

Figura 2 – Parte da frente do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira



Fonte: Google Maps (2024).

O Colégio foi fundado em 1952, inicialmente como uma escola de ensino fundamental. Ao longo dos anos, expandiu suas ofertas para incluir o ensino médio. É nomeado em homenagem a Pedro Ludovico Teixeira, uma figura influente na política e na educação, reconhecido por suas contribuições à melhoria da educação no estado de Goiás e na região.

O Colégio apresenta toda a estrutura necessária para o conforto e desenvolvimento educacional dos alunos, como: Alimentação, Pátio Coberto, Área Verde, Biblioteca, Área de lazer, Sala de professores, Internet, Banheiros de Gêneros separados.

Porto Nacional, cidade vizinha da capital do Tocantins, região com uma área territorial de 4.434,680 km², com a população residente de 64,418 mil habitantes, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 98,3% (IBGE, 2010).

Na década de 1980, a região que hoje corresponde ao Estado de Tocantins fazia parte do estado de Goiás. Esse território estava localizado no centro-norte do Brasil e era bastante distante da capital Goiana. Em 5 de outubro de 1988, foi sancionada a Lei Complementar nº 20, que estabeleceu a criação do Estado de Tocantins. Em 1º de janeiro de 1989, o Estado do Tocantins foi oficialmente instalado, com a capital Palmas, que foi planejada e construída para ser a nova capital do estado. A cidade de Palmas foi escolhida não apenas por sua localização estratégica, mas também por ser uma cidade nova, que simbolizava o futuro e o desenvolvimento do novo estado (Câmara Municipal de Porto Nacional, 2024).

A cidade de Porto Nacional, nesse contexto, viveu uma fase de grande crescimento e transformação. Em 1886, um novo capítulo na história da cidade se iniciou com a chegada dos primeiros religiosos da Missão Dominicana, vindos da Europa. Esses missionários tiveram um papel fundamental na expansão urbana de Porto Nacional. Eles não só estabeleceram a presença religiosa e cultural da Ordem Dominicana na cidade, como também contribuíram ativamente para o desenvolvimento de sua infraestrutura, construindo praças, vielas e casarões, que moldaram o tecido urbano e deixaram um legado arquitetônico importante. Esse período marcou um crescimento significativo para a cidade, que, além de ganhar novos elementos urbanos, viu sua população aumentar e sua economia se diversificar, graças à expansão das atividades comerciais e ao fortalecimento de sua posição como um ponto estratégico na região. (Câmara Municipal de Porto Nacional, 2024).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Legislação e diretrizes importantes que apoiam a educação inclusiva no Brasil

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Resolução nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação: Define a educação especial como uma modalidade de ensino que deve ser ofertada em conjunto com a educação regular, promovendo a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990: Garante o direito à educação de todas as crianças e adolescentes, promovendo a inclusão de todos no sistema educacional.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Lei nº 13.146/2015: Estabelece direitos e garantias para pessoas com deficiência, incluindo acesso à educação inclusiva e a adaptação de currículos e métodos de ensino.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica - Parecer CNE/CP nº 2/2001: Definem a educação inclusiva como um dos princípios fundamentais da educação, promovendo a adaptação de currículos para atender a diversidade dos alunos.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999)

Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico para a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, pois passou a garantir, em seu texto, direitos fundamentais para essa população.

Art. 5º: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (Brasil, 1988).

Art. 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (Brasil, 1988).

Art. 203: Estabelece a assistência social às pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo as pessoas com deficiência (Brasil, 1988).

Art. 227: Determina que o Estado, a sociedade e a família devem garantir a igualdade de oportunidades para as crianças e adolescentes, incluindo os com deficiência (Brasil, 1988).

2.1.1 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146/2015

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), trata-se de um tratado internacional que visa promover e proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência em todo o mundo. A ratificação da convenção obrigou o Brasil a adotar medidas específicas para garantir a inclusão das pessoas com deficiência, com base nos princípios de não discriminação, acesso à educação, vida independente, participação plena na sociedade (Brasil, 2016).

Essa convenção foi incorporada diretamente ao ordenamento jurídico brasileiro. Com base no tratado da ONU, o país alcançou um novo marco normativo com a criação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência. Após 15 anos de tramitação no Congresso Nacional, a lei foi sancionada em 6 de julho de 2015. Considerada inovadora e abrangente, a LBI surgiu de um esforço coletivo e trouxe avanços significativos, como o aumento das penalidades para infrações contra os direitos das pessoas com deficiência, a reformulação dos critérios de avaliação para concessão de benefícios e direitos sociais, além da proibição de práticas discriminatórias, como a cobrança de mensalidades mais altas para estudantes com deficiência. Embora a LBI já esteja em vigor, ainda há necessidade de regulamentação em diversos aspectos, incluindo o auxílio-inclusão (Brasil, 2016).

2.1.2 Lei de Acessibilidade – Lei nº 10.098/2000

A Lei nº 10.098/2000, conhecida como a Lei de Acessibilidade, foi criada para estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência. Essa lei é fundamental para garantir que as pessoas com deficiência possam acessar ambientes, transportes, serviços e programas sociais com segurança e dignidade (Brasil, 2000).

Entre as principais determinações da Lei de Acessibilidade estão:

- A adequação dos espaços públicos e privados para garantir o acesso das pessoas com deficiência (como rampas de acesso, sinalização tátil, etc.).

- O acesso à comunicação, incluindo serviços de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e legendas em eventos culturais e educacionais.
- A adaptabilidade dos transportes, com ônibus acessíveis e infraestrutura adequada para o deslocamento das pessoas com deficiência.

2.1.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), embora anterior à Lei Brasileira de Inclusão, já abordava a questão da inclusão educacional. O artigo 58 da LDB estabelece que a educação deve ser oferecida de forma inclusiva para todos, sem discriminação, e que as escolas devem se adaptar para receber alunos com deficiência. Ela também estabelece que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido para os alunos com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino (Brasil, 1996).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) dedica um capítulo à Educação Especial, estabelecendo que, sempre que necessário, as escolas regulares devem oferecer serviços de apoio especializado para atender às demandas desse público. O texto também prevê que, caso a inclusão em turmas do ensino regular não seja viável devido às condições específicas dos alunos, o atendimento poderá ocorrer em classes, escolas ou serviços especializados. Além disso, a LDB aborda a formação docente, bem como a adaptação de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

2.2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Em seu princípio geral, destaca que todos os alunos têm direito a uma educação de qualidade, respeitando suas singularidades e suas necessidades específicas, com o objetivo de proporcionar uma formação integral para cada um deles (Brasil, 2017).

Educação Infantil: a BNCC enfatiza que todos os professores devem estar preparados para lidar com a diversidade e para adaptar as atividades e os ambientes de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento de todas as crianças. Proporcionar às crianças com deficiência o direito de desenvolver suas potencialidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais.

Ensino Fundamental: a BNCC sugere que os currículos sejam flexíveis e adaptáveis, com atividades e materiais que atendam a estudantes com qualquer tipo de deficiência.

No processo de avaliação, a BNCC destaca a importância de utilizar instrumentos de avaliação diversificados e acessíveis para todos os alunos, levando em conta as diferenças individuais e buscando medir o desenvolvimento integral de cada estudante.

Ensino Médio: a BNCC também ressalta a inclusão como princípio fundamental para o desenvolvimento do currículo e das práticas pedagógicas. Além disso, há o compromisso de promover o acolhimento e o suporte necessário para que os alunos com deficiência possam atingir os objetivos de aprendizagem em igualdade de condições com os demais.

A Base Nacional Comum Curricular, exige formação continuada dos professores, para que possam trabalhar com a diversidade e adaptar suas práticas pedagógicas de acordo com as necessidades de seus alunos. Para uma educação inclusiva (Brasil, 2017).

No que tange às diretrizes para a inclusão na BNCC, pode-se citar:

Currículo Flexível: O currículo deve ser capaz de se adaptar às necessidades dos alunos com deficiência, garantindo acesso às aprendizagens essenciais para todos.

Formação Docente: A formação de professores deve abordar estratégias e práticas pedagógicas para a educação inclusiva.

Avaliação Adaptada: As avaliações devem considerar a diversidade dos alunos, buscando medir suas aprendizagens de forma justa, sem discriminação.

Acessibilidade: A BNCC enfatiza a necessidade de garantir acessibilidade física e comunicacional, de modo que os estudantes com deficiência possam participar de todas as atividades escolares.

Figura 3 - Imagem retratando a inclusão entre diferentes especialidades



Fonte: <https://sae.digital/wp-content/uploads/2021/02/Educação-inclusiva.jpg>.

A imagem logo acima representa a inclusão e diversidade, mostrando recortes de papel de pessoas unidas de mãos dadas, algumas delas em cadeiras de rodas. A cena transmite uma mensagem positiva de igualdade e acessibilidade, reforçando a importância da representatividade e da convivência entre pessoas com e sem deficiência. O uso de recortes artesanais e cores vibrantes remete à infância e à educação, destacando a necessidade de ensinar valores de inclusão desde cedo.

2.3 Educação Inclusiva

Início do Movimento: Décadas de 1980 e 1990: A inclusão escolar começou a ganhar destaque com a Conferência de Salamanca (1994), que defendeu a educação inclusiva como um direito. No Brasil, a Constituição de 1988 já estabelecia a educação como um direito fundamental (Todos pela educação, 2020).

Criação de Políticas: A partir de 1996, com a lei de diretrizes e bases (LDB), foi reforçada a necessidade de atender à diversidade nas escolas. A década de 1990 também viu a criação de programas e leis que incentivaram a formação de professores e a adaptação curricular (Menezes, s.d)

Política Nacional de Educação Especial: Em 2009, a Resolução nº 4, estabeleceu diretrizes para a educação inclusiva, enfatizando a necessidade de integrar alunos com necessidades especiais na educação regular.

Lei Brasileira de Inclusão (2015): Esta legislação ampliou os direitos das pessoas com deficiência, reforçando a importância da inclusão educacional. As políticas de inclusão começaram a ser mais amplamente discutidas e implementadas.

Apesar dos avanços, muitos estudantes ainda enfrentam barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais nas escolas. A formação continuada de professores e a disponibilidade de recursos adequados continuam a ser desafios. **Educação Inclusiva em Debate:** O debate sobre inclusão se intensificou, especialmente em contextos de desigualdade e falta de recursos. A pandemia de COVID-19 destacou as fragilidades do sistema educacional, evidenciando a necessidade de práticas inclusivas mais robustas (Santana, Santos, 2022).

Em Junho de 1994, na cidade de Salamanca (Espanha), foi realizado a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especializadas, restando reconhecido que todas as nações deveriam assumir o compromisso de uma educação integradora (Santana; Santos, 2022, p. 3).

2.4 Adaptações curriculares

As adaptações curriculares referem-se a adaptações feitas no currículo escolar para atender às necessidades de alunos com diferentes habilidades, estilos de aprendizagem ou dificuldades específicas. O objetivo é garantir que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa e significativa (Santos, 2024).

O conceito de adaptação curricular não implica, necessariamente, em alterações estruturais no plano de ensino, mas sim em ajustes na prática pedagógica para atender às necessidades educacionais específicas dos alunos (Lima, Martins, 2022). Nesse sentido, Blanco (2004, p. 293) ressalta a importância da flexibilização, afirmando que “atender à diversidade exige romper com o modelo tradicional, no qual todas as crianças realizam as mesmas atividades, ao mesmo tempo, da mesma maneira e com os mesmos materiais”.

No que tange à formação de professores e recursos pedagógicos para promover a inclusão escolar, Santos (2024) apresenta as seguintes adaptações:

Flexibilidade no Conteúdo: Ajustar a profundidade e a complexidade dos temas abordados, permitindo que alunos com diferentes níveis de habilidade acessem o mesmo conteúdo. **Uso de Metodologias Ativas:** Incorporar atividades práticas e colaborativas que incentivem a participação de todos os alunos, como projetos em grupo (Santos, 2024).

Tecnologia Assistiva: Utilização de softwares e dispositivos que ajudem na aprendizagem, como leitores de tela, *tablets* com aplicativos educativos e recursos de acessibilidade. **Materiais Adaptados:** Produção de livros e apostilas com linguagem simplificada, imagens, gráficos e audiolivros que atendam a diferentes necessidades. **Ambientes Inclusivos:** Criação de espaços físicos acessíveis e confortáveis, com mobília adaptada e recursos visuais que facilitem a aprendizagem (Aranha, 200).

Avaliação Diversificada: Implementar diferentes formas de avaliação (projetos, apresentações, portfólios) que considerem as variadas capacidades dos alunos. **Cursos de Capacitação:** Oferecer treinamentos específicos sobre educação inclusiva, abordando estratégias para atender às necessidades de alunos com deficiência (Santos, 2024).

Formação em Diversidade: Incluir na formação inicial e continuada a discussão sobre diversidade e como lidar com diferentes estilos de aprendizado. **Mentoria e Troca de Experiências:** Estimular a troca de experiências entre professores que já atuam com inclusão, proporcionando um espaço para discutir desafios e soluções (Santos, 2024).

No que se refere à importância das adaptações e implementações, pode-se citar:

- **Inclusão:** Promovem um ambiente escolar mais inclusivo, onde todos os alunos se sentem valorizados.
- **Desenvolvimento de Habilidades:** Ajudam alunos a desenvolver suas habilidades de acordo com suas capacidades individuais.
- **Motivação:** Aumentam o engajamento e a motivação dos alunos ao oferecer desafios adequados e apoio necessário.
- **Avaliação Inicial:** Identificar as necessidades específicas de cada aluno.
- **Planejamento:** Desenvolver um plano que inclua as adaptações necessárias.
- **Formação de Professores:** Capacitar educadores para aplicar as adaptações de forma eficaz.
- **Monitoramento:** Avaliar constantemente o progresso dos alunos e ajustar as adaptações conforme necessário (Aranha, 200).

2.5 A inclusão

É um modelo educacional que visa atender à diversidade de alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais. Seu objetivo principal é garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou desafios, tenham acesso a um aprendizado de qualidade em um ambiente comum. Isso implica a adaptação de currículos, métodos de ensino e recursos, promovendo práticas que respeitem e valorizem as diferenças individuais (Ferreira, et al., 2024).

A educação inclusiva busca não apenas a integração física dos alunos, mas também sua participação ativa e significativa no processo educativo, garantindo que todos possam desenvolver seu potencial máximo e se tornarem cidadãos plenos na sociedade. Além disso, promove a formação de um ambiente escolar acolhedor, que reconhece e valoriza a diversidade como uma riqueza (Ferreira, et al., 2024).

A inclusão envolve uma mudança de paradigmas que abrange a relação entre todos os atores da comunidade escolar. Permitindo uma imersão nas experiências vividas dentro da escola (Ferreira, et al., 2024).

Segundo Mantoan (2003) "a educação inclusiva se fundamenta na ideia de que todos os alunos têm direito de aprender, independentemente de suas condições, e que a escola deve ser organizada para atender à diversidade de seus estudantes" (Mantoan, 2003, p. 50).

O conceito descrito está alinhado com as diretrizes internacionais e nacionais, como a Declaração de Salamanca, de 1994, e as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial

na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil. Ambas enfatizam a importância de transformar as escolas regulares em espaços acessíveis e acolhedores para todos os alunos (Mantoan, 2003, p. 35).

Conforme Mendes (2024), pode citar os seguintes princípios da educação inclusiva

1. **Diversidade:** Reconhece e valoriza as diferenças individuais entre os alunos, incluindo diversidade cultural, social, de gênero e de habilidades.
2. **Acessibilidade:** Garante que todos os alunos tenham acesso a recursos, materiais e ambientes que favoreçam o aprendizado.
3. **Participação:** Promove a participação ativa de todos os alunos nas atividades escolares, estimulando a colaboração e o respeito mútuo.
4. **Adaptação Curricular:** Implementa ajustes no currículo e nas metodologias de ensino para atender às necessidades específicas de cada aluno (Mendes, 2024).

Segundo Hehir et al. (2016), a educação apresenta inúmeros benefícios, entre eles:

- **Desenvolvimento Social:** Facilita a interação entre alunos com e sem deficiência, promovendo empatia e compreensão.
- **Aprendizado Personalizado:** Permite que cada aluno aprenda em seu próprio ritmo e estilo, melhorando o engajamento e a motivação.
- **Preparação para a Vida:** Prepara todos os alunos para conviver em uma sociedade diversa, desenvolvendo habilidades importantes para a vida em comunidade.

Pesquisas acadêmicas demonstram que a educação inclusiva promove avanços significativos no desempenho escolar e no desenvolvimento social de alunos com deficiência. Estudos realizados em diversos países apontam que esses estudantes apresentam melhores resultados em linguagem, matemática e taxas de conclusão do ensino médio quando inseridos em turmas regulares, em comparação com aqueles educados em ambientes segregados. Além disso, a convivência com colegas sem deficiência favorece interações sociais mais positivas e maior senso de pertencimento, onde a inclusão promove um ambiente escolar mais colaborativo e diversificado (Hehir et al., 2016).

- **Desafios**

Embora a educação inclusiva ofereça muitos benefícios, também enfrenta desafios, como a resistência à mudança, a falta de recursos e a necessidade de formação adequada para os educadores. Superar esses obstáculos é crucial para a implementação efetiva desse modelo educacional. A educação inclusiva não é apenas uma abordagem pedagógica, mas um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Mendes, 2024).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após acompanhar, e conversar com os professores sobre o objeto de estudo, foi possível adquirir mais informações sobre a educação inclusiva no Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira em Porto Nacional, no estado do Tocantins, dois (2) professores do Colégio trabalhado responderam a um questionário, um da Geografia, e outro da Matemática.

Foram questionados sobre a educação trabalhada no Colégio com a inclusão, como é manuseada pelos profissionais, e se existe especialização para esses profissionais e como isso tudo acontece na prática dentro do Colégio.

O Professor de Matemática terá o nome fictício de (professor A) e o Professor de Geografia será chamado de (professor B).

“Durante o intervalo, existe algum profissional do Colégio responsável pelos alunos com deficiência nesse período? ”

Professor A respondeu: “ *Sim, os acompanhantes* ”

Professor B respondeu: “ *Bom, existem professores auxiliares para alguns alunos em sala e com as atividades adaptadas, porém não tenho conhecimento se esses professores auxiliam na hora do intervalo, até porque nenhum aluno na escola precisa de ajuda em relação as características motoras e físicas* ”.

Pelo o que foi observado, os alunos tem total liberdade para aproveitar o intervalo, alguns se retraem por não se enturmarem com os outros colegas, mas não foi visto acompanhamento de professores no intervalo, a maioria fica na sala de professores.

“A escola tem política de educação inclusiva? Se sim, cite algumas”

Professor A respondeu: “ *Não* ”

Professor B respondeu: “ *A escola tem políticas padrão, impostas por leis e documentos federais e estaduais, como por exemplo, estrutura física do prédio adaptada, sala de recursos com materiais especializados e atividades pertinentes* ”.

Pelo que foi acompanhado, apenas alguns professores têm ciência da política inclusiva do Colégio. Apesar de ser um documento livre para toda a comunidade do Colégio.

“A família do aluno com deficiência precisa de fato apresentar algum laudo para a escola, para que atendam essa criança com suas diferentes especialidades?”

Professor A respondeu: “ *Sim* ”

Professor B respondeu: “ *Sim, o laudo do estudante é um documento essencial, serve de base para se conhecer as necessidades específicas do estudante, e assim elaborar atividades* ”

correntes para o desenvolvimento do aluno. O laudo também respalda professores e equipe diretiva quando as particularidades que os estudantes possam ter.”

O Colégio orienta aos pais que apresentem o documento onde comprova a deficiência do seu filho, para ajudar na desenvoltura do atendimento ao aluno, e respaldar a própria criança que precisa ser atendida de acordo suas necessidades.

“Qual a quantidade em média de alunos com deficiência a escola atende?”

Professo A respondeu: “6”

Professor B respondeu: *“Acredito que tenha em média entre 40 e 60 alunos”*

A escola tem um grande número de alunos, fazendo com que os professores não consigam acompanhar todas as turmas, e ter base de todos os casos que apresentam no Colégio.

“Quais profissionais do Colégio elaboram as atividades e avaliações dos alunos com deficiência?”

Professor A Respondeu: *“Professores/ professor sala de recurso”*

Professor B respondeu: *“Os professores de todas as disciplinas e os professores especializados que atuam na sala de recursos”*

Os professores da sala de aula sempre acompanham os alunos, até mesmo nas atividades elaboradas pelos professores da sala de recursos. Tendo assim o controle da desenvoltura desses alunos sobre o objeto de conhecimento, podendo também ajudar e acompanhar o processo de aprendizado e ajudar na elaboração de atividades para melhor desenvoltura do aluno.

“As atividades dos alunos com deficiência tem alguma diferença com as demais atividades dos colegas de turma?”

Professor A respondeu: *“Sim, vai de acordo com a necessidade de cada um”*.

Professor B respondeu: *“Para algum sim, outros não. A maioria dos estudantes com deficiência apresentam problemas comportamentais e cognitivos, então as atividades impressas precisam ter fontes maiores, mais desenhos, questões de relacionar palavras, de marcar, entre outros”*.

Cada aluno segue seu processo de desenvolvimento, com a ajuda dos professores e até mesmo colegas de aula. Os profissionais da educação do Colégio pesquisado, procura desenvolver seu método de ensino de acordo com cada aluno e suas necessidades.

“Como são coletadas as evidências de aprendizado dos alunos com deficiência na sala de aula?”

Professor A respondeu: *“Fotos, relatórios”*

Professor B respondeu: *“Eu particularmente fiz um caderno individual para cada estudante ter, dei um prazo para a entrega das atividades. Outros professores também têm suas próprias metodologias de avaliação”*.

Cada professor tem seu método de ensino, e assim também a forma de como coleta dados de aprendizagem no decorrer do acompanhamento com aluno. Mesmo seguindo todas as diretrizes e bases.

“Os alunos com deficiência têm alguma ajuda ou acompanhamento especial em sala? Quais?”

Professor A respondeu: *“Sim acompanhante”*

Professor B respondeu: *“Sim, tem estudante que tem acompanhamento pela professora da sala de recursos. Alguns outros alunos não têm acompanhantes, embora esteja explícito no laudo deles que ambos precisam bastante. Alguns estudantes não precisam de acompanhamento. Existem outros alunos com deficiência, porém eu não os conheço, pois não sou a professora da turma destes, como por exemplo uma aluna surda, ela tinha um acompanhante que era intérprete de Libras, mas hoje eu não tenho conhecimento se ela tem outro ou está sem”*.

Durante o acompanhamento nas salas, para melhor entendimento da pesquisa, foi notado alguns alunos com seus acompanhantes, ajudando no decorrer da aula, fazendo também com que o aluno tenha mais convicção do que o professor está compartilhando com os colegas de aula. A professora também faz um acompanhamento com esse aluno durante a aula.

“Existe alguma sala adaptada no Colégio para receber os alunos com deficiência?”

Professor A respondeu: *“Sala de recurso”*

Professor B respondeu: *“Sim, tem a sala de recursos”*.

A sala de recursos tem total aceitação tanto para os alunos, quanto aos professores, é bem assistida e trabalhada.

“Os professores que trabalham em sala com os alunos com deficiência tem alguma adaptação curricular?”

Professor A respondeu: *“Não”*

Professor B respondeu: *“Não, até onde eu sei, não há matriz curricular ou orientação acerca disso, apenas que precisamos elaborar atividades adaptadas”*.

Os profissionais da sala de recurso apresentam apenas a graduação básica, sem nenhuma especialização para acompanhar alunos com deficiência, e os acompanhantes de sala também não apresentam nenhuma especialização para fazer o acompanhamento.

“Os materiais didáticos são adaptados para atender às diferentes necessidades dos alunos?”

Professor A respondeu: “*Sim*”

Professor B respondeu: “*Os comuns não são, a sala de recursos tem alguns jogos e materiais voltados para estes alunos*”.

As atividades trabalhadas com os alunos com deficiência têm as adaptações para cada necessidade. Alguns alunos que não conseguem se adaptar com atividades teóricas são levados para a sala de recursos. E lá tem o atendimento com atividades práticas, como jogos e brincadeiras, onde possam se desenvolver.

“A escola fornece alguma especialização para os professores que atendem os alunos com deficiência?”

Professor A respondeu: “*Sim*”

Professor B respondeu: “*Não fornece*”.

É possível observar que os professores têm relatos diferentes, mas pelo que foi acompanhado, nenhum professor apresentou especialização na área, até mesmo a sala de recursos não tem um profissional com adequação para pessoas com deficiência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a educação inclusiva no Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira permitiu uma análise profunda das práticas e políticas adotadas pela instituição para atender aos alunos com deficiência.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi possível observar que a escola oferece diversas estratégias de apoio para garantir a inclusão desses alunos no ambiente escolar, como a presença de uma sala de recursos, atividades e avaliações adaptadas, que visam proporcionar um atendimento mais individualizado e adequado às necessidades de cada estudante.

A sala de recursos se apresenta como um espaço fundamental para a promoção da inclusão, proporcionando aos alunos um atendimento especializado e o suporte necessário para que possam acompanhar o conteúdo do currículo de forma eficaz. Além disso, as adaptações nas atividades e avaliações contribuem para uma abordagem mais equitativa, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas deficiências, possam demonstrar seu aprendizado de maneira justa.

No entanto, um aspecto crucial que ainda carece de desenvolvimento na instituição é a especialização dos professores para o atendimento às necessidades dos alunos com deficiência. A falta de formação específica pode dificultar a implementação plena de práticas pedagógicas inclusivas, uma vez que muitos educadores podem não estar preparados para lidar com a diversidade de desafios que surgem ao trabalhar com esse público.

A inclusão efetiva exige não apenas adaptações físicas e curriculares, mas também uma formação contínua dos docentes, para que possam compreender e utilizar métodos de ensino que atendam às diferentes formas de aprendizagem. Diante disso, é indispensável que a escola busque investir em programas de capacitação e especialização para seus professores, garantindo que estejam devidamente preparados para promover uma educação de qualidade para todos.

A formação contínua dos educadores é um passo fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde cada aluno tenha a oportunidade de desenvolver seu potencial de maneira plena.

A ausência de acompanhante durante o intervalo é um ponto importante que merece destaque nas considerações sobre a educação inclusiva no Colégio estudado. O intervalo é um momento crucial no cotidiano escolar, em que os alunos têm a oportunidade de interagir com seus colegas, descansar e se socializar. Para alunos com deficiência, especialmente aqueles que necessitam de apoio contínuo, a falta de acompanhamento nesse período pode representar um desafio significativo.

A presença de um acompanhante durante o intervalo é essencial para garantir a segurança, o bem-estar e a inclusão plena desses estudantes. Sem essa assistência, os alunos podem se sentir isolados, dificultando sua integração social e a participação nas atividades informais que acontecem durante esse momento. Além disso, a falta de acompanhamento pode expô-los a situações de risco ou dificultar a comunicação e a resolução de eventuais conflitos, o que poderia ser evitado com a presença de um profissional especializado.

Embora o Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira tenha feito avanços significativos em sua política de educação inclusiva, é fundamental que a instituição continue aprimorando suas práticas, com foco na capacitação docente, para assegurar que a inclusão não seja apenas um conceito teórico, mas uma realidade efetiva no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**. 2000. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf>. Acessado em 12 nov. 2024.
- BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 3 vols. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 290-308
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei de Acessibilidade – Lei nº 10.098/2000. 2000.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146/2015. 2015.
- BRASIL. Lei de Cotas – Lei nº 8.213/1991. 1991.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. 1996.
- BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Presidência da república. Casa Cível, Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: [14/11/24].
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL. História de nossa cidade. Disponível em: <http://www.portonacional.to.leg.br>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- FERREIRA, Andréa; CÔRTEZ, Dayane; OLIVEIRA, Flávia; PEREIRA, Lígia; MOTA, Maria; Inclusão escolar no Brasil: políticas públicas e desafios na Educação Especial. Instituto saber de ciências integradas. 2024, Disponível em: <https://www.isciweb.com.br/revista/4252>. Acesso em [12/08/24].
- HEHIR, Thomas; et al. **Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência**. Instituto Alana, 2016.
- LIMA, Frederico Santiago; MARTINS, Rosângela Pimentel. Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais específicas e os desafios de sua operacionalização. **Revista Educação Pública**, 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/42/adaptacoes-curriculares-para-alunos-com-necessidades-educacionais-especificas-e-os-desafios-de-sua-operacionalizacao>.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A educação inclusiva: desafios e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2003.
- MENDES, Rafael Pereira da Silva. **Educação inclusiva**. Brasil Escola. 2024. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-inclusiva.htm>. Acesso em 27 de novembro de 2024.

MENEZES, Pedro. O que é Inclusão Escolar: conceito e desafios. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/inclusao-escolar-conceito-desafios/>.

SANTANA, Gleicia; SANTOS, Gustavo. Políticas públicas de inclusão escolar: desafios e superação. **Intraciência revista científica**, 2022 Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20220511100642.pdf. Acessado em [10/08/24].

SANTOS, Ana Paula Alves. A Educação Inclusiva e as Adaptações Curriculares. **Pedagogia ao Pé da Letra**, 2024. Disponível em: <https://www.pedagogiaaopedaletra.com/>.